

**PROGRAMA DA LISTA CANDIDATA ÀS ELEIÇÕES DA ASSOCIAÇÃO DOS
INDUSTRIAIS DA CONSTRUÇÃO CIVIL E OBRAS PÚBLICAS – AICCOPN PARA O
TRIÉNIO 2005/2007**

CONJUNTURA

O actual estado da economia portuguesa, bem conhecido de todos, reclama que imperiosa e muito rapidamente se avance com um conjunto de medidas estruturais e se trace uma estratégia de crescimento para o País.

Como é público, desde o ano 2000, Portugal diverge em termos reais da média da União Europeia, não se vislumbrando que a tão desejada retoma da convergência real possa acontecer antes de 2007.

Na verdade, o peso do custo do trabalho no PIB aumentou no nosso País, de 1995 para 2005, em 2% e a despesa pública corrente subiu 5%.

Note-se que, comparativamente, na vizinha Espanha e no mesmo período, os dois referidos indicadores tiveram comportamentos bem diferentes, pois o peso do custo do trabalho diminuiu em 6% e a despesa pública contraiu-se em 11%.

No que respeita ao Sector da Construção, esta preocupação tem ainda mais razão de ser, na medida em que em 2004 verificou-se uma redução de 4,6% na actividade, a qual veio prolongar e acentuar as quebras registadas de 1,5% em 2002 e de 12% em 2003.

Assim, é com plena consciência do descrito quadro conjuntural e de qual, neste contexto, deve ser a tarefa da AICCOPN, que a presente lista se apresenta às eleições para o próximo triénio.

Acreditamos que uma organização como a AICCOPN tem a responsabilidade de contribuir activamente para a resolução dos problemas que afectam o País, designadamente através de uma constante e atenta intervenção junto do poder político, mas tem particularmente por missão apoiar os industriais do Sector no exercício da sua actividade, representando-os e defendendo-os no quadro social,

económico, político, jurídico e institucional vigente, pugnando pela credibilização da imagem e papel do Construtor.

Tendo em vista o cumprimento de tal missão, a lista que agora se candidata entendeu dever fazer um exercício de planeamento e programação, com o propósito de elencar metas, prioridades e hierarquizar eixos de acção, tendo sempre por base os referenciais estratégicos que caracterizam esta Associação e a distingue das demais.

Nesta esteira, consideramos indispensável dar a conhecer quais os aspectos tidos por decisivos para a construção de um modelo de desenvolvimento, coerente e estável, para o Sector e para o País.

PARA O SECTOR

Assim e no plano sectorial, reputam-se de essenciais as seguintes medidas, cuja ausência, acreditamos, têm condicionado a evolução do Sector:

- Regularização das dívidas do Estado aos empreiteiros, pondo fim à insustentável prática de financiamento ilícito através das empresas privadas e estabelecimento de procedimentos que garantam a não acumulação de novos pagamentos em atraso;
- Promoção do investimento na reabilitação urbana, a levar a efeito simultaneamente com a reforma do arrendamento, sendo incompreensível que o lançamento de obras de reabilitação tenha diminuído 12% em 2004, contrariando todas as expectativas do Sector;
- Reforma da Lei do Arrendamento Urbano, com especial prioridade para a liberalização das rendas habitacionais e não habitacionais;
- Revisão do enquadramento jurídico do exercício da actividade da construção, com especial enfoque para o Dec.- Lei nº 59/99, de 2 de Março, em sede do qual urge, entre outras medidas, rever o prazo de retenção das garantias prestadas e de extinção da caução; estipular um mecanismo que previna a prática de preços anormalmente baixos, consagrar maior objectividade ao nível dos critérios de adjudicação; proibir a fixação adicional de elementos de avaliação dos concorrentes na fase de qualificação e reduzir a burocracia do processo de apresentação a concurso;
- Definição de uma política industrial para o Sector, efectiva e coerente, credibilizando os alvarás e promovendo uma fiscalização que garanta a concorrência leal entre as empresas e o combate à informalidade, reforçando para o efeito a cooperação e união entre as associações representativas do Sector;
- Implementação de uma nova política social de habitação, alocando as poupanças orçamentais que resultaram do fim do regime bonificado de crédito;

- Adopção de um regime fiscal mais eficaz, socialmente justo sem ser inibidor do mercado;
- Reestruturação do regime dos solos e do planeamento urbanístico;
- Internacionalização do Sector, pugnando pela definição de uma estratégia clara de incentivo, o que, desde logo, deve passar pelo reforço da intervenção das Embaixadas em sede da Diplomacia Económica e por um efectivo programa de incentivos que contemple o nosso Sector;
- Reforço do apoio prestado às empresas do Sector tendo em vista a implementação e melhoria dos seus processos de gestão e de produção, nomeadamente em sede dos programas de incentivos previstos no *PRIME*;
- Aposta na formação profissional, designadamente continuando a colaborar com o CICCOPN.

PARA O PAÍS

No que concerne à estratégia global para o desenvolvimento do País, acreditamos ser imprescindível a adopção das reformas e medidas concretas, de que se destacam:

- Relançamento do investimento público, ou de parcerias público/privadas, em obras e projectos assentes num plano de médio e longo prazo, independentemente de factores de conjuntura política, permitindo às empresas uma adequada formação de expectativas. Neste plano cabem projectos como o TGV e a restante rede ferroviária urbana e interurbana; a definição de um plano consistente e exequível das concessões rodoviárias, portuárias e aeroportuárias a estabelecer e dos respectivos regimes de financiamento a par da concretização, nas datas programadas, das restantes obras previstas no Plano Rodoviário Nacional; decisão clara e inequívoca, sobre o plano de construção de Estabelecimentos Hospitalares e dos respectivos regimes de financiamento; construção do Novo Aeroporto de Lisboa; concretização, de acordo com o planeado, do investimento na captação e distribuição e tratamento de águas;
- Credibilização dos instrumentos de política orçamental, em especial do PIDDAC, de modo a que se tornem fonte fiável para a tomada de decisões das empresas quanto ao investimento público e as formas de que este se reveste;
- Definição inequívoca do quadro financeiro de execução e exploração das vias rodoviárias, especialmente das SCUT;
- Definição e concretização de uma estratégia nacional articulada, com vista à maximização dos fundos comunitários para a modernização das infra-estruturas, no âmbito das negociações do IV Quadro Comunitário de Apoio;

- Medidas de apoio concretas, no domínio da política ambiental, que assegurem uma política de construção ecologicamente sustentável, privilegiando, nomeadamente, a reutilização dos lixos da construção e a poupança de energia nos edifícios construídos.

PARA A ASSOCIAÇÃO

Numa perspectiva interna da Associação, importa continuar a desenvolver o que vem sendo feito pelas anteriores Direcções, designadamente ao nível da modernização dos serviços e das instalações das Delegações. A melhoria contínua dos serviços prestados aos Associados, a saber: serviços jurídicos, serviços jurídico-laborais, serviços de economia, serviços de engenharia/segurança, serviços de prevenção e medicina do trabalho, núcleo de apoio à internacionalização e tribunal arbitral será um objectivo sempre presente.

Mais ainda, o investimento na qualificação dos recursos humanos e a aposta na sua contínua formação deve ser uma prioridade. Por outro lado, é fundamental que a actividade da AICCOPN continue a assentar no acompanhamento permanente dos indicadores de gestão, definidos no seu plano estratégico, de forma a salvaguardar uma trajectória de melhoria contínua, em cujo processo todos os seus colaboradores estejam envolvidos.

Importa ainda apostar em novas áreas como as modernas tecnologias ou as iniciativas de apoio ao desenvolvimento empresarial e sectorial, desafios que pressupõem uma postura pró-activa e uma equipa constituída por técnicos de especialidades complementares, orientados para a satisfação das necessidades directas e indirectas dos Associados.

O NOSSO COMPROMISSO...

Por último, um compromisso para com todo o Sector mas em particular para com os nossos Associados: o de que não abdicaremos de levar a cabo o que agora propomos, fazendo-o da forma mais eficaz, integrada e participada possível.

Porto, Março de 2005.

Os Candidatos